

A invasão que foi repudiada pelos votos

Ha um ano três metalúrgicos eram mortos por tropas do Exército que invadiram a usina da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. A mais violenta e trágica experiência dos metalúrgicos da estatal, chocou o país, traumatizou a cidade e influenciou de forma decisiva as eleições municipais que se aproximavam. A oposição com o PT em São Paulo e Porto Alegre chegava ao poder em grandes cidades. No Rio, o PDT, retomava a prefeitura.

A greve dos 23 mil operários, por melhorias salariais, tinha começado dois dias antes. Na noite do dia 8 as tropas da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Barra Mansa, sob o comando do general José Luis Lopes da Silva, tomaram as dependências da usina "para restabelecer a ordem e a integridade do patrimônio". Menos de 24 horas depois três metalúrgicos tombavam mortos. William Fernandes Leite, 23 anos, foi atingido com um tiro na nuca, Walmir Monteiro, 28 anos, caiu com um tiro no peito e Carlos Alberto Barroso, 26 anos, sofreu esmagamento craniano.



Missão do Exército era "restabelecer a ordem"

Do lado de fora da CSN, uma batalha campal se desenvolvia nas ruas da cidade. Cerca de mil soldados do Exército e 300 do batalhão de choque da Polícia Militar, em formação cerrada, partiram para cima de operários que participavam do piquete e de centenas de outras pessoas que simplesmente passavam pelo local. Balas de festim, de borracha e verdadeiras, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral cruzaram os ares. Lojas, restaurantes e prédios foram invadidos e depredados pelos soldados. As tropas foram recebidas a paus e pedras. No final,

além dos três mortos, 38 pessoas foram internadas com ferimentos.

No dia 23, com as reivindicações atendidas, os metalúrgicos decidiram suspender a greve, condicionando o retorno ao trabalho à saída das tropas. Sem nenhum soldado ferido, o Exército abandonou a CSN. O general José Luis Lopes da Silva foi promovido e atualmente ocupa a chefia do Estado Maior do Comando Militar do Leste. Os metalúrgicos, tal como no ano passado, reivindicam reajuste salarial e aguardam o julgamento do dissídio pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).